



DETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93, E SUAS ALTERAÇÕES, PARA:

CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE QUALQUER NATUREZA, INSERVÍVEIS E SUCATAS INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÃO.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA





**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 56/2022 PMN.
CHAMADA PÚBLICA 56/2022 PMN.**

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que **a partir do dia 23/03/2022**, das 13h às 19h, na Prefeitura do Município de Navegantes/SC, sito à Rua João Emílio, 100 – Centro, está aberto o credenciamento e recebimento dos documentos, de conformidade com as condições ora expostas e pelas seguintes razões:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES.

Data inicial: 23/03/2022

Horário inicial: 13:00 horas

Data final: 13/04/2022

Horário final: 13:50 horas

ABERTURA DOS ENVELOPES

Data: 13/04/2022

Horário: 14:00 horas

1 – OBJETO

CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE QUALQUER NATUREZA, INSERVÍVEIS E SUCATAS INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÃO.

1.1 Constitui-se como objeto, do presente edital, o credenciamento de pessoas físicas ou empresário individual: com pagamento de acordo com o item 2, visando atender as necessidades da municipalidade, nos termos e condições constantes neste edital. A fim de apoiar as atividades operacionais da **Secretaria Municipal de Administração e Logística**, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste edital e nos seus anexos.

2. ESPECIFICAÇÕES / QUANTIDADES / VALOR

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO, ALIENAÇÃO, MEDIAÇÃO LEILÃO DE BENS MÓVEIS E INSERVÍVEIS, PARA O SERVIÇO A QUE SE DESTINAM	SERV	1,00	5 %	5%
TOTAL					5%

2.1 O Leiloeiro, credenciado que prestará o serviço, receberá o percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da venda de cada bem ou lote arrematado, a ser pago pelo arrematante, conforme o § 2º do art. 42 do Decreto nº 21.981/32,





combinado com o parágrafo único do art. 24º do mesmo decreto, não cabendo a Administração Municipal a responsabilidade pela cobrança da mesma, nem pelos gastos despendidos pelo credenciado para recebe – lá.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Credenciamento, os interessados que cumprirem todas as exigências contidas neste termo de referência.

3.2. Pessoas físicas ou empresário individual com capacidade técnica comprovada, idoneidade econômico-financeira e regularidade jurídico-fiscal que atendam as condições específicas de habilitação constantes deste edital e se submetam aos parâmetros nele estabelecidos.

3.3 Que estejam devidamente matriculados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, no pleno gozo de suas funções, e que preencham as condições previstas neste edital;

3.4 Possuam sítio eletrônico para inserção da relação dos lotes e das fotos dos bens a serem leiloados, e disponham de recursos tecnológicos necessários para realização do leilão eletrônico, por meio de plataforma de transação, via WEB.

3.5 Não poderão participar empresário individual ou pessoa física que porventura estejam enquadrados nos seguintes casos:

- a) Leiloeiros em sociedade, considerando o Decreto nº 21.981/32 e a Instrução Normativa nº 17/2013;
- b) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos Administrativos, na forma da legislação vigente;
- c) Declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- d) Que se encontrem sob falência decretada, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) Empregado da administração pública municipal, estadual ou federal;
- f) O leiloeiro que estiver com sua inscrição suspensa ou esteja destituído junto à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;

4. DA HABILITAÇÃO

4.1 – No caso para pessoa física:

- a) Cópia Autenticada de documento de identidade (Registro Geral de Identificação) expedido nos últimos 10 anos ou outro documento oficial de identificação, Ex. Carteira de Habilitação. (Autenticada);
- b) Cópia CPF ou documento que apresente a informação (Ex.: RG ou CNH)
- c) Um Comprovante de Residência em nome do Licitante participante, últimos 3 meses (cópia autenticada).
- d) Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, Tributos Federais e Seguridade Social INSS, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndConjuntaInter/InfomaNICertidao.asp?Tipo=1>



e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

<https://tributario.sef.sc.gov.br/tax.NET/Sat.CtaCte.Web/SolicitacaoCnd.aspx>

f) Certidão Negativa Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade. *(site relativo ao município da sede do licitante).*

g) As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

4.2 – No caso de empresário individual

a) Apresentar Certificado que se enquadra como MEI;

b) Apresentar documento oficial original com foto, para identificação do representante credenciado, ou COPIA AUTENTICADA (ORIGINAL que será devolvido ao licitante);

4.2.1 Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional, em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

4.2.2 Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, Tributos Federais e Seguridade Social INSS, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>

4.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

<https://tributario.sef.sc.gov.br/tax.NET/Sat.CtaCte.Web/SolicitacaoCnd.aspx>

4.2.4 Certidão Negativa Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade. *(site relativo ao município da sede do licitante).*

4.2.5 As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

4.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>

4.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT/TST), (instituída pela Lei 12.440/2011), com data da emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

<http://www.tst.jus.br/certidao>

4.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.3.1 O interessado deverá comprovar ter executado leilão de bens moveis, inservíveis e sucatas para entidades públicas, utilizando-se de sistema informatizado de emissão de nota eletrônica de arrematação durante o andamento normal do leilão. A comprovação será feita por meio da apresentação de no mínimo 1 (um) **atestado de capacidade técnica**, devidamente assinado, carimbado em papel timbrando da empresa ou órgão tomador do serviço compatível com o objeto do Edital.

4.3.2 Em ambos os casos:

- a) Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, comprovando a situação de regularidade para o exercício da profissão de Leiloeiro, conforme legislação vigente;
- b) Cópia autenticada da Carteira de Leiloeiro, emitida pela JUCESC.
- c) Certidão Negativa de antecedentes criminais Federal e do Estado que comprovem que o Leiloeiro Oficial não foi condenado por crime cuja pena vede o exercício da atividade mercantil.
- d) Certidão Negativa de antecedentes criminais expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, somente será válida se apresentada juntamente com a respectiva Certidão de Registros Cadastrados no sistema e-Proc. <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>
- e) Declaração de Habilitação (Anexo I)
- f) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação (Anexo II)
- g) Declaração de Cumprimento ao Disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal (Anexo III)
- h) DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA (Anexo IV)

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 O credenciamento visa a contratação de Leiloeiro oficial.

5.2 Os documentos de habilitação deverão ser entregues até às 13:50 horas do dia 13/04/2022.

5.3 O envelope com a documentação deverá ser protocolado no balcão do Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente.

5.4 Após a análise da documentação de habilitação, abrirá o período de recurso ou renúncia expressa de todos. Somente após a renúncia ou o encerramento do prazo, procederá o sorteio para a escolha do Leiloeiro oficial e será divulgada a lista dos credenciados no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial da Prefeitura Municipal de Navegantes.

5.5 Neste sorteio será divulgada a ordem dos Leiloeiros a serem chamados para a organização, preparação e realização do leilão, conforme a necessidade do município de Navegantes, ou seja, quantas vezes forem necessários para atingir os objetivos traçados.

5.6 O rol dos Leiloeiros oficiais servirá para estabelecer a ordem de designação e o rodízio dos Leiloeiros durante o prazo da vigência do credenciamento, podendo realizar futuros leilões conforme a demanda do Município.

5.7 Durante a vigência do credenciamento, os Leiloeiros serão designados para a realização de leilão em estrita observância à ordem de classificação estabelecida no sorteio, mantendo-se a sequência, a começar pelo primeiro, até o final da lista dos credenciados, quando, então, será retomada a ordem inicial.

5.8 A cada leilão realizado, será atualizada a sequência de Leiloeiros credenciados que será publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo que o leiloeiro que acabou de prestar o serviço será recolocado ao final da lista, ou o que receber a solicitação efetuando ou rejeitando a sua realização.

5.9 Os leiloeiros credenciados serão convocados para realizar um leilão, ou seja, num sistema de rodízio, assim sendo fica os interessados desde já cientes que não há garantia quanto ao volume de trabalho que será solicitado, tendo em vista a demanda



do município, não seguindo um padrão fixo, não podendo esse fato ser feita motivação para posteriores reclamações.

6. DA APRESENTAÇÃO

6.1 Os envelopes contendo a documentação necessária à habilitação deverão ser apresentados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

NOME:

ENVELOPE N.º 01 – CREDENCIAMENTO

PROCESSO N.º 56/2022

CREDENCIAMENTO N.º 56/2022 PMN

RECEBIMENTO: A PARTIR DAS 13h DO DIA 23/03/2022.

6.2 O local de entrega dos envelopes contendo os documentos de "Habilitação" será o Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a Rua João Emílio nº 100, Centro, Navegantes, SC.

6.3 Ao apresentar os documentos de Habilitação, a proponente se obriga aos termos do presente Credenciamento.

7. DA OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade dos serviços executados;
- b) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que o Leiloeiro/contratado apresentar fora das especificações contidas no Edital.
- c) a fiscalização dos serviços executados ocorrerá por intermédio do Município de Navegantes/SC, de forma a fazer cumprir, rigorosamente as condições do objeto do Edital;
- d) Aplicar à (s) licitante (s) vencedora (s) as sanções administrativas previstas na legislação vigente.
- e) Organizar os bens a serem leiloados de modo que fique fácil a visitação.
- f) Fornecer todos os dados necessários ao devido pagamento dos bens, no dia do leilão;
- g) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada de acordo com as Cláusulas e os termos do contrato;
- i) Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições falhas ou irregularidades constantes na Prestação de Serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- j) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providencias cabíveis;
- k) notificar a Contratada/Leiloeiro por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando





prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por elas propostas e as mais adequadas.

8. DA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- b) Manter, durante o contrato, todas as exigências contidas no contrato assim como no Edital;
- c) Manter, durante todo o prazo do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
- d) Corrigir, reparar, remover e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/93;
- e) Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, Previdenciárias, Trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho;
- f) Responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou a terceiros, em razão de execução dos serviços;
- g) Disponibilizar número de telefones, fax, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Navegantes/SC e Secretaria Solicitante, para efetivação dos serviços durante o período contratual;
- h) Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto do Termo de Referência;
- i) Executar diretamente a prestação dos serviços, inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;
- j) Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços previsto no contrato;
- k) Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à entrega dos serviços em questão;
- l) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta prestação;
- m) O Leiloeiro não pode contratar nem transferir a sua função, porém conforme o Art 55º da IN 72/2019 *“As atividades-meio e/ou acessórias do leiloeiro, tais como apoio, guarda, logística, divulgação e organização da leiloeira poderão ser exercidas por empresas organizadoras de leilão, inclusive por meio de plataforma digital ou eletrônica, o que não afasta a responsabilidade pessoal e direta do leiloeiro no exercício de suas funções em pregões eastas públicas”*.
- n) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunistica do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução deste contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;



- o) Os serviços executados pela CONTRATADA deverão obedecer aos pedidos da Secretaria Municipal de Administração e Logística conforme a necessidade do Município de Navegantes;
- p) Prestar serviços com a máxima eficiência e qualidade, ficando responsável, também, pela divulgação do leilão (fotos na Internet; fax, e-mail e outros, para os compradores e panfletagem nas cidades de sua escolha).
- q) Elaborar a documentação referente à arrematação a ser fornecida aos arrematantes e ao Município;
- r) Organizar e realizar o leilão dos bens móveis, inservíveis e sucatas na data e horário previamente definidos;
- s) O leiloeiro deverá vistoriar, identificar, marcar, fotografar, organizar os bens em lotes caso necessários.
- t) O Leiloeiro deverá ratificar a vistoria dos lotes;
- u) Presidir os atos dos leilões e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até os respectivos encerramentos, com a devida prestação de contas;
- v) Conduzir o leilão obedecendo os princípios básicos da impessoalidade, moralidade, legalidade e da publicidade;
- x) Montagem e elaboração do 'Relatório Geral do Leilão', no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após encerramento do leilão, contendo os seguintes documentos:
- Ata do Leilão;
 - Edital do Leilão (jornal);
 - Mapa Geral do Leilão;
 - Quadro de Percentual Comparativo;
 - Notas de Leilão;
 - Divulgação do Leilão;
- y) Encaminhar ao Município, mídia(s) digital(is) (pen drive, cartão SSD ou DVD) do dia do leilão com todos os lances e arremates, até o encerramento dos trabalhos, com qualidade de gravação que permita a perfeita visualização/audição de todo o processo, até 15 (quinze) dias úteis após a realização do evento.
- 8.2 O Contratado/Leiloeiro deverá dispor de plataforma virtual, devidamente comprovada através de endereço eletrônico, permitindo realizar concomitantemente leilão eletrônico de veículos e demais bens móveis (materiais, equipamentos, etc.) e sucatas, utilizando-se de sistema informatizado, com recepção de lances em tempo real efetuados eletronicamente, devendo ainda apresentar certificação eletrônica de segurança (SSL) que proporcione a segurança dos dados transmitidos pela internet em ambiente Web.
- 8.3 O Leiloeiro exercerá pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, nem subcontratar e tampouco ceder a contratação com o Município de Navegantes para terceiros (artigo 11º do Decreto nº 21.981/1932).
- 8.4 O Leiloeiro se compromete a promover ampla divulgação do Leilão do Município de Navegantes em endereço eletrônico e demais ferramentas disponíveis de divulgação, fazendo constar a descrição dos bens ofertados e respectiva condição de venda (valor, existência de débitos, taxas, Impostos, ônus, multas e gravames, dentre outras), informações sobre o Leilão e sobre a visita dos bens, telefones para contato e demais esclarecimentos que se fizerem necessários.



8.5 O Leilão deverá ser realizado na modalidade online, com projeção de fotografias dos bens, contendo informações e imagens dos bens, permitindo o recebimento de lances por meio eletrônico.

8.6 O Leiloeiro poderá disponibilizar o Leilão online para lances prévios com antecedência mínima de 15 dias úteis da realização do Leilão;

8.7 O Leiloeiro deverá vistoriar, identificar, marcar e fotografar os lotes e demais bens inservíveis que serão leiloados. A vistoria deverá ser previamente agendada com a Diretoria de Bens Patrimonial do Município de Navegantes, na Rua João Emílio, nº 100, Bairro Centro – Centro/SC, CEP 88370-446, telefone (47) 3342-9590 (atendimento de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h).

8.8 O Leiloeiro isenta expressamente o Município de Navegantes do pagamento da comissão prevista no artigo 24º do Decreto Federal nº 21.981/1932, bem como todas as despesas com anúncios, mala direta, entre outras despesas similares decorrentes de suas atribuições. A remuneração do Leiloeiro pelos serviços prestados se dará única e exclusivamente por parte do arrematante dos bens leiloados, não dependendo o Município de Navegantes seus recursos próprios.

8.9 O pagamento resultante da contratação estabelecida no presente edital será realizado diretamente pelos adquirentes dos bens arrematados e corresponderá ao valor de 5% (cinco por cento) sobre a arrematação de cada lote leilado, não sendo esta remuneração dedutível do lance vencedor do Leilão.

8.10 Não cabe ao Município de Navegantes qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro para recebê-la.

8.11 Recairão sob o Leiloeiro/contratado nos certames de hasta pública os ônus e as responsabilidades decorrentes dos atos necessários para que a alienação dos bens seja cumprida, inclusive de divulgação do Leilão. O Leiloeiro será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados.

8.12 Não será admitida a dedução de quaisquer despesas ocorridas, exceto àquelas expressamente autorizadas pelo Município de Navegantes, ou qualquer outro tributo que incida sobre movimentação financeira, do valor apurado e a ser depositado na conta indicada pelo Município de Navegantes.

8.13 Entregar orientação por escrito ao arrematante, quando se tratar de venda de veículo automotor informando que ele deverá efetuar o comunicado de venda no ato da assinatura de transferência no cartório, e transferir a titularidade da documentação para o seu nome no prazo de até 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência, cumprindo, se necessária, as exigências legais do DETRAN.

8.14 Providenciar junto aos arrematantes todos os trâmites necessários para finalização do processo de venda do Leilão tais como: transferência, baixa, comunicado de venda e outros.

8.15 O Leiloeiro deverá fornecer ao Município de Navegantes relatório circunstanciado sobre o Leilão e resultado deste, acompanhados da ata do Leilão comprovantes de depósito, publicidade realizada e demais documentações pertinentes. A prestação final de contas, que deverá ser efetuada pelo Leiloeiro, em até 05 (cinco) dias úteis, conforme prevê o artigo 27 do Decreto Federal nº 21.981/1932, após a realização do



Leilão, consiste na entrega dos seguintes documentos: mapa geral do Leilão, com todas as informações sobre os arrematantes (nome, endereço, telefone etc.), lotes arrematados, preço de venda e o valor total arrecadado; cópia das notas de venda.

8.16 Os bens leiloados somente serão entregues aos arrematantes após a identificação do pagamento, liberado pelo Leiloeiro e pelo município, acompanhado por membros da Comissão, Permanente de Avaliação de Bens Patrimoniais e Semoventes de Município de Navegantes. O pagamento do bem arrematado será realizado pelo arrematante, definido no edital do leilão, em conta específica do município de Navegantes (Banco do Brasil, Agência 4229-3 conta corrente 40.494-2), exclusivamente para este fim, também será de responsabilidade do arrematante o transporte e pesagem dos bens adquiridos para retirada.

8.17 Em hipótese alguma o Leiloeiro poderá realizar retenção parcial ou total do valor de venda dos bens, que será repassado integralmente ao Município.

8.18 O Leiloeiro oficial se compromete adotar todas as providências necessárias para a inutilização do chassi e recolhimento e entrega à Diretoria de Bens Patrimonial das placas dos veículos a serem leiloados como sucata, até a data estabelecida pela Diretoria de Bens Patrimonial, sendo de inteira responsabilidade do Leiloeiro os serviços realizados.

8.19 Havendo desistência do Leiloeiro em realizar o Leilão, posteriormente à aceitação inicial, deverá o mesmo indenizar o Município de Navegantes, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a desistência de efetuar o leilão, pelas despesas e prejuízos ocasionados devidamente comprovados.

8.20 O Leiloeiro deverá disponibilizar na data definida pelo Município de Navegantes, todas as condições e infraestrutura logística (sitio eletrônico, funcionários, recursos tecnológicos, plataformas de transação via web) para a realização do leilão e para a prestação de seus serviços, conforme objeto do edital.

8.21 O Leiloeiro será responsabilizado por eventuais prejuízos ou danos causados diretamente a terceiros ou ao Município de Navegantes decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas atribuições.

8.22 Ao Leiloeiro é facultada a contratação de seguro de roubo/furto, do valor arrecadado, durante o período em que estiver em seu poder.

8.23 O Leiloeiro deverá manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos bens sob sua responsabilidade, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste edital e termo de compromisso, conforme estabelece a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

8.24 O Leiloeiro deverá dar ciência ao Município, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade, bem como de condições inadequadas ou de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.

8.25 Do presente termo não decorre vínculo empregatício de qualquer natureza entre o município e o Leiloeiro ou os empregados, prepostos e terceirizados, pertencentes aos quadros do Leiloeiro;

8.26 O Leiloeiro deverá executar os serviços por meio de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas, indenizando o Município de Navegantes mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados



aos seus bens e de terceiros, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos terceirizados ou mandatários;

8.27 Presidir os ritos dos leilões e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até os respectivos encerramentos com a devida prestação de contas;

8.28 Efetuar a venda dos bens disponibilizados para leilão por preços iguais ou superiores aos da avaliação e à vista, mediante emissão de notas de venda em leilão, responsabilizando-se pelo recebimento dos valores arrematados;

9. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1 O Credenciamento terá validade de 05 (cinco) anos, conforme a Lei 8.666/93, a contar da publicação do seu aviso de credenciamento no DOM, podendo o Município, dentro desse prazo, realizar o número de leilões que julgar necessários para atender suas necessidades através de alienação de bens móveis, inservíveis e sucatas.

9.2 O contrato, originado do credenciamento, terá vigência a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial do Município, até que seu objeto seja executado, em conformidade com o planejamento do leilão que será realizado em conjunto entre o Município e o Leiloeiro contratado, ressaltando que cada leiloeiro credenciado será responsável por um leilão, tendo como prazo pré estabelecido de 180 (cento e oitenta dias) dias, podendo ser aditado e prorrogado, exclusivamente para o leilão estabelecido, mediante livre negociação entre as partes e Legislação Vigente.

9.3 Os serviços que não forem executados deverão ser desconsiderados caso não haja termo aditivo ao contrato. Neste caso não há obrigatoriedade da execução dos serviços pelo Município de Navegantes/SC, não podendo se falar em perdas e danos.

10. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 O Leiloeiro contratado obriga-se a executar os serviços ao CONTRATANTE, objeto do Contrato, **inteiramente concluídas em condições de aceitação (planejamento e cronograma) em até 30 (trinta) dias**, após a assinatura do contrato.

10.2 A data do Leilão será definida pela Administração Municipal em comum acordo com o Leiloeiro contratado, no momento da assinatura do contrato, ou quando solicitado pela Secretaria de Administração;

10.3 A execução dos serviços será de forma única e a forma de execução será indireta, de acordo com as necessidades do município de Navegantes/SC.

10.4. O Processo de Leilão deverá seguir rigorosamente os critérios definidos pela Lei 8.666/93 e alterações e Legislações Vigentes.

10.5 Os honorários do Leiloeiro serão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e o seu pagamento se dará única e exclusivamente pelo próprio arrematante, logo após a confirmação do vencedor do lote, sem qualquer interferência ou ônus para o Município de Navegantes/SC (Prejulgado nº 614, item 2.1 do TCE/SC).

10.6 Do valor recebido pelo Leiloeiro ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

10.7 Caso a CONTRATADA não cumprir com o prazo de entrega caberá a mesma Instauração de Processo Administrativo com a devida aplicação de multa pela Contratante.





10.8 Após a prestação dos serviços, a proponente deverá apresentar os documentos acompanhados por relatório dos serviços executados, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital.

10.9 Todos os serviços executados deverão atender a todas as características estabelecidas no Termo de Referência e Edital.

10.10 Os serviços executados serão constantemente acompanhados, para verificação de sua conformidade com as especificações do Município de Navegantes/SC e da Secretaria Municipal solicitante.

10.11 O leilão será executado obrigatoriamente em meio eletrônico, devendo o contratado disponibilizar de meios necessários para a realização do mesmo, como sítio eletrônico, funcionários, recursos tecnológicos, plataformas de transação via web.

10.12 A cada leilão realizado, ocorrerá um rodízio dos leiloeiros e será atualizado a sequência de Leiloeiros credenciados que será publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo que o leiloeiro que acabou de prestar o serviço será recolocado ao final da lista, ou o que receber a solicitação efetuando ou rejeitando a sua realização.

11. DO VALOR

11.1 O município não terá nenhuma despesa com pagamento do contratado, o qual terá seus serviços pagos, a título de comissão de 5% (cinco por cento), sobre os valores arrematados, pelos arrematantes dos lotes, sendo a remuneração do Leiloeiro única e exclusivamente por parte do arrematante dos bens leiloados, pago diretamente do arrematante ao leiloeiro.

11.2 Do valor recebido pelo Leiloeiro ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

11.3 O valor dos bens que foram arrematados e o valor da comissão do leiloeiro oficial serão pagos separadamente. A comissão do leiloeiro deverá ser paga pelo arrematante em conta indicada pelo mesmo no edital do leilão, assim como o valor dos bens/lotes leiloados deverão ser pagos através de depósito ou pix na conta da Prefeitura Municipal de Navegantes exclusiva para este fim.

12 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 O chamamento público para o credenciamento terá um prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios para o recebimento dos envelopes.

12.2 O leiloeiro contratado deverá manter as mesmas condições de habilitação para a contratação, bem como o prazo para assinatura do contrato e as penalidades caso não compareça.

12.3 A sessão para habilitação será pública, assim como o sorteio dos habilitados, e a lista final será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site do Município de Navegantes (www.navegantes.sc.gov.br). Após esta publicação abre – se o prazo para interpor recurso de 05 (cinco) dias úteis.

12.2 Após o prazo estipulado neste termo de referência, conforme item 12.1, poderá ocorrer o credenciamento de mais leiloeiros. Os interessados poderão entregar a documentação em qualquer momento, porém será estabelecido apenas uma data por período para verificação da documentação, sendo que a data para conferir





documentos de responsabilidade social será a do protocolo. Assim que o interessado estiver habilitado entrará como último na “fila” atualizada, sendo publicada uma nova lista.

12.3 Os futuros leilões do município serão exclusivamente eletrônicos e funcionará na espécie de rodízio, onde cada Leiloeiro credenciado será responsável por apenas um leilão, e após o termino no mesmo, retornará ao final da fila.

12.4 No caso de desistência por força maior ou impossibilidade, o Leiloeiro deverá formalizar a justificativa por escrito e encaminha – lá ao Departamento de gestão de Bens Patrimonial. Sendo aceita, retornará ao final da lista dos credenciados e será chamado o Leiloeiro seguinte da lista. A recusa da justificativa poderá implicar sanções administrativas e/ou descredenciamento do leiloeiro.

12.5 O Município não será responsável por qualquer erro na publicação, falha nas informações ou suspensão por decisão judicial do leilão;

12.6 A desistência do negócio pelo arrematante não acarretará quaisquer responsabilidades ao município;

12.7 A comissão do leiloeiro somente será reembolsada pelo município, em caso de eventual culpa exclusiva comprovada do município.

12.8 Integram este Credenciamento os seguintes anexos:

ANEXO I – Declaração de Habilitação;

ANEXO II – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação;

ANEXO III – Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal;

ANEXO IV – Declaração de Infraestrutura

ANEXO V – Minuta de Contrato

ANEXO VI - Termo de Referência

12.9 O presente Credenciamento e seus Anexos, bem como parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

12.10 Para o conhecimento público expede-se o presente edital, que é publicada no Site Oficial do Município de Navegantes/SC.

Navegantes/SC, 23 de março de 2022.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA





ANEXO I

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Modelo)

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – Credenciamento nº 56/2022, Processo 56/2022 PMN., que a empresa _____ inscrita sob o CNPJ _____ atende plenamente aos requisitos necessários à Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 4, do Edital convocatório.

Local e data: _____, _____, _____ de _____ de _____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.





ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO (Modelo)

A empresa _____,
inscrita sob o CNPJ nº: _____, sediada
na _____, município de
_____, Estado de _____, com o CEP _____,
DECLARA, sob as penalidades da Lei, que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para a sua HABILITAÇÃO no presente processo licitatório, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data: _____, _____, _____ de _____ de _____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.





ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Modelo)

A empresa _____, inscrita
no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal, sr(a).
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____, e do CPF nº _____, **DECLARA** para fins
do disposto no inciso V do art. 27 da lei 8.666/93, acrescido pela lei nº 9.854, de 27
de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (_____).

Local e data: _____, _____, _____ de _____ de _____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.





ANEXO IV DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

O(A) Senhor(a) _____, Leiloeiro, na forma do Decreto nº 21.981, de 1932 e IN nº 113/2010 do DNRC, com registro na Junta Comercial do _____ sob o nº _____, Portador do RG nº _____, CPF nº _____, residente a _____, declara para fins de que possui estrutura, aparelhamento e pessoal técnico adequados à execução contratual, garantindo, no mínimo, a seguinte infraestrutura:

- Site que possibilite não só a divulgação, como a realização de alienação pela internet, inclusive com ofertas on-line, bem como possibilite a venda direta e permita a visualização de fotos dos bens ofertados, as características dos bens móveis, inservíveis e sucatas;
- Possibilidade de recebimento e a inserção na internet das ofertas prévias, cadastros dos possíveis arrematadores, como o nome empresarial/nome, endereço, CNPJ/CPF, RG, telefone, e- mail.
- Mecanismo que somente permita a apresentação de oferta de valor superior à da última oferta, observado o incremento mínimo fixado para o bem.
- Funcionários, recursos tecnológicos, plataformas de transação via web.

Por ser verdade, firmo o presente.

_____ de _____ de _____ de 2022.

Leiloeiro: _____

Registro na JUCESC: _____





ANEXO V MINUTA DE CONTRATO

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE QUALQUER NATUREZA, INSERVÍVEIS E SUCATAS INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA E _____.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza e pelo Secretário de Administração e Logística, Sr.º Ditmar Alfonso Zimath, nomeada através da Portaria nº 01/2021 de 01 de janeiro de 2021, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, e a _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____, nº _____ - Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo senhor _____, portador do CPF nº _____, que também subscreve doravante denominada de CONTRATADA pactuam o presente contrato, firmado nos termos do edital de credenciamento nº 56/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a realização de **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE QUALQUER NATUREZA, INSERVÍVEIS E SUCATAS INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÃO**, a fim de apoiar as atividades operacionais da Secretaria Municipal de Administração, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO, ALIENAÇÃO, MEDIAÇÃO LEILÃO DE BENS MÓVEIS E INSERVÍVEIS, PARA O SERVIÇO A QUE SE DESTINAM	SERV	1,00	5 %	5%
TOTAL					5%

2.1 O Leiloeiro, credenciado que prestará o serviço, receberá o percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da venda de cada bem ou lote arrematado, a ser pago pelo arrematante, conforme o § 2º do art. 42 do Decreto nº 21.981/32, combinado com o parágrafo único do art. 24º do mesmo decreto, não cabendo a Administração Municipal a responsabilidade pela cobrança da mesma, nem pelos gastos despendidos pelo credenciado para recebe – lá.





CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 O presente Contrato é firmado através do Edital de Credenciamento n.º 56/2022, sendo regido pelo Art. 61 da Lei 8.666/93.

2.2 O presente contrato poderá ser objeto de aditamento, mediante instrumento específico, que importe em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observando os limites e as formalidades legais.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 O Credenciamento terá validade de 05 (cinco) anos, conforme a Lei 8.666/93, a contar da publicação do seu aviso de credenciamento no DOM, podendo o Município, dentro desse prazo, realizar o número de leilões que julgar necessários para atender suas necessidades através de alienação de bens móveis, inservíveis e sucatas.

3.2 O contrato, originado do credenciamento, terá vigência a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial do Município, até que seu objeto seja executado, em conformidade com o planejamento do leilão que será realizado em conjunto entre o Município e o Leiloeiro contratado, ressaltando que cada leiloeiro credenciado será responsável por um leilão, tendo como prazo pré estabelecido de 180 (cento e oitenta dias) dias, podendo ser aditado e prorrogado, exclusivamente para o leilão estabelecido, mediante livre negociação entre as partes e Legislação Vigente.

3.3 Os serviços que não forem executados deverão ser desconsiderados caso não haja termo aditivo ao contrato. Neste caso não há obrigatoriedade da execução dos serviços pelo Município de Navegantes/SC, não podendo se falar em perdas e danos.

CLAUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 O Leiloeiro contratado obriga-se a executar os serviços ao CONTRATANTE, objeto do Contrato, **inteiramente concluídas em condições de aceitação (planejamento e cronograma) em até 30 (trinta) dias**, após a assinatura do contrato.

4.2 A data do Leilão será definida pela Administração Municipal em comum acordo com o Leiloeiro contratado, no momento da assinatura do contrato, ou quando solicitado pela Secretaria de Administração;

4.3 A execução dos serviços será de forma única e a forma de execução será indireta, de acordo com as necessidades do município de Navegantes/SC.

4.4. O Processo de Leilão deverá seguir rigorosamente os critérios definidos pela Lei 8.666/93 e alterações e Legislações Vigentes.

4.5 Os honorários do Leiloeiro serão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e o seu pagamento se dará única e exclusivamente pelo próprio arrematante, logo após a confirmação do vencedor do lote, sem qualquer interferência ou ônus para o Município de Navegantes/SC (Prejulgado nº 614, item 2.1 do TCE/SC).

4.6 Do valor recebido pelo Leiloeiro ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

4.7 Caso a CONTRATADA não cumprir com o prazo de entrega caberá a mesma Instauração de Processo Administrativo com a devida aplicação de multa pela Contratante.

4.8 Após a prestação dos serviços, a proponente deverá apresentar os documentos acompanhados por relatório dos serviços executados, que estará submetida à





aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital.

4.9 Todos os serviços executados deverão atender a todas as características estabelecidas no Termo de Referência e Edital.

4.10 Os serviços executados serão constantemente acompanhados, para verificação de sua conformidade com as especificações do Município de Navegantes/SC e da Secretaria Municipal solicitante.

4.11 O leilão será executado obrigatoriamente em meio eletrônico, devendo o contratado disponibilizar de meios necessários para a realização do mesmo, como sitio eletrônico, funcionários, recursos tecnológicos, plataformas de transação via web.

4.12 A cada leilão realizado, ocorrerá um rodízio dos leiloeiros e será atualizado a sequência de Leiloeiros credenciados que será publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo que o leiloeiro que acabou de prestar o serviço será recolocado ao final da lista, ou o que receber a solicitação efetuando ou rejeitando a sua realização.

CLAUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1 O município não terá nenhuma despesa com pagamento do contratado, o qual terá seus serviços pagos, a título de comissão de 5% (cinco por cento), sobre os valores arrematados, pelos arrematantes dos lotes, sendo a remuneração do Leiloeiro única e exclusivamente por parte do arrematante dos bens leiloados, pago diretamente do arrematante ao leiloeiro.

5.2 Do valor recebido pelo Leiloeiro ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

5.3 O valor dos bens que foram arrematados e o valor da comissão do leiloeiro oficial serão pagos separadamente. A comissão do leiloeiro deverá ser paga pelo arrematante em conta indicada pelo mesmo no edital do leilão, assim como o valor dos bens/lotes leiloados deverão ser pagos através de depósito ou pix na conta da Prefeitura Municipal de Navegantes exclusiva para este fim.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 A inexecução total ou parcial do Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades elencadas nos termos do edital e do artigo 77 da lei 8.666/93, ensejará também a sua rescisão, conforme diretrizes contidas no Art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

6.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

6.3 Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 A não execução dos serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual.

7.2 À CONTRATADA, se recusar a executar os serviços ao MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de





20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

7.3 Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

7.4 A inexecução parcial ou total do Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

7.5 À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação a ela imposta no presente ajuste.

7.6 Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas no Contrato.

7.7 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.8 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito sejam decorrentes deste ou de qualquer outro contrato seu com o Município de Navegantes/SC, ou cobrados judicialmente.

7.9 Será aplicada a Lei Municipal nº 3.532/2021, que dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

7.10 É vedado a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, conforme Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- b) Manter, durante o contrato, todas as exigências contidas no contrato assim como no Edital;
- c) Manter, durante todo o prazo do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
- d) Corrigir, reparar, remover e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/93;
- e) Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, Previdenciárias, Trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho;



- f) Responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou a terceiros, em razão de execução dos serviços;
- g) Disponibilizar número de telefones, fax, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Navegantes/SC e Secretaria Solicitante, para efetivação dos serviços durante o período contratual;
- h) Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto do Termo de Referência;
- i) Executar diretamente a prestação dos serviços, inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;
- j) Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços previsto no contrato;
- k) Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à entrega dos serviços em questão;
- l) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta prestação;
- m) O Leiloeiro não pode contratar nem transferir a sua função, porém conforme o Art 55º da IN 72/2019 *“As atividades-meio e/ou acessórias do leiloeiro, tais como apoio, guarda, logística, divulgação e organização da leiloeira poderão ser exercidas por empresas organizadoras de leilão, inclusive por meio de plataforma digital ou eletrônica, o que não afasta a responsabilidade pessoal e direta do leiloeiro no exercício de suas funções em pregões e hastas públicas”*.
- n) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunistica do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução deste contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- o) Os serviços executados pela CONTRATADA deverão obedecer aos pedidos da Secretaria Municipal de Administração e Logística conforme a necessidade do Município de Navegantes;
- p) Prestar serviços com a máxima eficiência e qualidade, ficando responsável, também, pela divulgação do leilão (fotos na Internet; fax, e-mail e outros, para os compradores e panfletagem nas cidades de sua escolha).
- q) Elaborar a documentação referente à arrematação a ser fornecida aos arrematantes e ao Município;
- r) Organizar e realizar o leilão dos bens móveis, inservíveis e sucatas na data e horário previamente definidos;
- s) O leiloeiro deverá vistoriar, identificar, marcar, fotografar, organizar os bens em lotes caso necessários.
- t) O Leiloeiro deverá ratificar a vistoria dos lotes;
- u) Presidir os atos dos leilões e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até os respectivos encerramentos, com a devida prestação de contas;
- v) Conduzir o leilão obedecendo os princípios básicos da impessoalidade, moralidade, legalidade e da publicidade;
- x) Montagem e elaboração do ‘Relatório Geral do Leilão’, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após encerramento do leilão, contendo os seguintes documentos:



- Ata do Leilão;
- Edital do Leilão (jornal);
- Mapa Geral do Leilão;
- Quadro de Percentual Comparativo;
- Notas de Leilão;
- Divulgação do Leilão;

y) Encaminhar ao Município, mídia(s) digital(is) (pen drive, cartão SSD ou DVD) do dia do leilão com todos os lances e arremates, até o encerramento dos trabalhos, com qualidade de gravação que permita a perfeita visualização/audição de todo o processo, até 15 (quinze) dias úteis após a realização do evento.

8.2 O Contratado/Leiloeiro deverá dispor de plataforma virtual, devidamente comprovada através de endereço eletrônico, permitindo realizar concomitantemente leilão eletrônico de veículos e demais bens móveis (materiais, equipamentos, etc.) e sucatas, utilizando-se de sistema informatizado, com recepção de lances em tempo real efetuados eletronicamente, devendo ainda apresentar certificação eletrônica de segurança (SSL) que proporcione a segurança dos dados transmitidos pela internet em ambiente Web.

8.3 O Leiloeiro exercerá pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, nem subcontratar e tampouco ceder a contratação com o Município de Navegantes para terceiros (artigo 11º do Decreto nº 21.981/1932).

8.4 O Leiloeiro se compromete a promover ampla divulgação do Leilão do Município de Navegantes em endereço eletrônico e demais ferramentas disponíveis de divulgação, fazendo constar a descrição dos bens ofertados e respectiva condição de venda (valor, existência de débitos, taxas, Impostos, ônus, multas e gravames, dentre outras), informações sobre o Leilão e sobre a visitação dos bens, telefones para contato e demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

8.5 O Leilão deverá ser realizado na modalidade online, com projeção de fotografias dos bens, contendo informações e imagens dos bens, permitindo o recebimento de lances por meio eletrônico.

8.6 O Leiloeiro poderá disponibilizar o Leilão online para lances prévios com antecedência mínima de 15 dias úteis da realização do Leilão;

8.7 O Leiloeiro deverá vistoriar, identificar, marcar e fotografar os lotes e demais bens inservíveis que serão leiloados. A vistoria deverá ser previamente agendada com a Diretoria de Bens Patrimonial do Município de Navegantes, na Rua João Emílio, nº 100, Bairro Centro – Centro/SC, CEP 88370-446, telefone (47) 3342-9590 (atendimento de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h).

8.8 O Leiloeiro isenta expressamente o Município de Navegantes do pagamento da comissão prevista no artigo 24º do Decreto Federal nº 21.981/1932, bem como todas as despesas com anúncios, mala direta, entre outras despesas similares decorrentes de suas atribuições. A remuneração do Leiloeiro pelos serviços prestados se dará única e exclusivamente por parte do arrematante dos bens leiloados, não dependendo o Município de Navegantes seus recursos próprios.

8.9 O pagamento resultante da contratação estabelecida no presente edital será realizado diretamente pelos adquirentes dos bens arrematados e corresponderá ao valor de 5% (cinco por cento) sobre a arrematação de cada lote leilado, não sendo esta remuneração dedutível do lance vencedor do Leilão.



8.10 Não cabe ao Município de Navegantes qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro para recebê-la.

8.11 Recairão sob o Leiloeiro/contratado nos certames de hasta pública os ônus e as responsabilidades decorrentes dos atos necessários para que a alienação dos bens seja cumprida, inclusive de divulgação do Leilão. O Leiloeiro será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados.

8.12 Não será admitida a dedução de quaisquer despesas ocorridas, exceto àquelas expressamente autorizadas pelo Município de Navegantes, ou qualquer outro tributo que incida sobre movimentação financeira, do valor apurado e a ser depositado na conta indicada pelo Município de Navegantes.

8.13 Entregar orientação por escrito ao arrematante, quando se tratar de venda de veículo automotor informando que ele deverá efetuar o comunicado de venda no ato da assinatura de transferência no cartório, e transferir a titularidade da documentação para o seu nome no prazo de até 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência, cumprindo, se necessária, as exigências legais do DETRAN.

8.14 Providenciar junto aos arrematantes todos os trâmites necessários para finalização do processo de venda do Leilão tais como: transferência, baixa, comunicado de venda e outros.

8.15 O Leiloeiro deverá fornecer ao Município de Navegantes relatório circunstanciado sobre o Leilão e resultado deste, acompanhados da ata do Leilão comprovantes de depósito, publicidade realizada e demais documentações pertinentes. A prestação final de contas, que deverá ser efetuada pelo Leiloeiro, em até 05 (cinco) dias úteis, conforme prevê o artigo 27 do Decreto Federal nº 21.981/1932, após a realização do Leilão, consiste na entrega dos seguintes documentos: mapa geral do Leilão, com todas as informações sobre os arrematantes (nome, endereço, telefone etc.), lotes arrematados, preço de venda e o valor total arrecadado; cópia das notas de venda.

8.16 Os bens leiloados somente serão entregues aos arrematantes após a identificação do pagamento, liberado pelo Leiloeiro e pelo município, acompanhado por membros da Comissão, Permanente de Avaliação de Bens Patrimoniais e Semoventes de Município de Navegantes. O pagamento do bem arrematado será realizado pelo arrematante, definido no edital do leilão, em conta específica do município de Navegantes (Banco do Brasil, Agência 4229-3 conta corrente 40.494-2), exclusivamente para este fim, também será de responsabilidade do arrematante o transporte e pesagem dos bens adquiridos para retirada.

8.17 Em hipótese alguma o Leiloeiro poderá realizar retenção parcial ou total do valor de venda dos bens, que será repassado integralmente ao Município.

8.18 O Leiloeiro oficial se compromete adotar todas as providências necessárias para a inutilização do chassi e recolhimento e entrega à Diretoria de Bens Patrimonial das placas dos veículos a serem leiloados como sucata, até a data estabelecida pela Diretoria de Bens Patrimonial, sendo de inteira responsabilidade do Leiloeiro os serviços realizados.

8.19 Havendo desistência do Leiloeiro em realizar o Leilão, posteriormente à citação inicial, deverá o mesmo indenizar o Município de Navegantes, no prazo de 10 (dez)



dias úteis após a desistência de efetuar o leilão, pelas despesas e prejuízos ocasionados devidamente comprovados.

8.20 O Leiloeiro deverá disponibilizar na data definida pelo Município de Navegantes, todas as condições e infraestrutura logística (sítio eletrônico, funcionários, recursos tecnológicos, plataformas de transação via web) para a realização do leilão e para a prestação de seus serviços, conforme objeto do edital.

8.21 O Leiloeiro será responsabilizado por eventuais prejuízos ou danos causados diretamente a terceiros ou ao Município de Navegantes decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas atribuições.

8.22 Ao Leiloeiro é facultada a contratação de seguro de roubo/furto, do valor arrecadado, durante o período em que estiver em seu poder.

8.23 O Leiloeiro deverá manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos bens sob sua responsabilidade, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste edital e termo de compromisso, conforme estabelece a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

8.24 O Leiloeiro deverá dar ciência ao Município, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade, bem como de condições inadequadas ou de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.

8.25 Do presente termo não decorre vínculo empregatício de qualquer natureza entre o município e o Leiloeiro ou os empregados, prepostos e terceirizados, pertencentes aos quadros do Leiloeiro;

8.26 O Leiloeiro deverá executar os serviços por meio de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas, indenizando o Município de Navegantes mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados aos seus bens e de terceiros, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos terceirizados ou mandatários;

8.27 Presidir os ritos dos leilões e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até os respectivos encerramentos com a devida prestação de contas;

8.28 Efetuar a venda dos bens disponibilizados para leilão por preços iguais ou superiores aos da avaliação e à vista, mediante emissão de notas de venda em leilão, responsabilizando-se pelo recebimento dos valores arrematados;

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade dos serviços executados;
- b) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que o Leiloeiro/contratado apresentar fora das especificações contidas no Edital.
- c) a fiscalização dos serviços executados ocorrerá por intermédio do Município de Navegantes/SC, de forma a fazer cumprir, rigorosamente as condições do objeto do Edital;
- d) Aplicar à (s) licitante (s) vencedora (s) as sanções administrativas previstas na legislação vigente.
- e) Organizar os bens a serem leiloados de modo que fique fácil a visitação.





- f) Fornecer todos os dados necessários ao devido pagamento dos bens, no dia do leilão;
- g) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada de acordo com as Cláusulas e os termos do contrato;
- i) Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições falhas ou irregularidades constantes na Prestação de Serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- j) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- k) notificar a Contratada/Leiloeiro por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por elas propostas e as mais adequadas.

CLAUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 O acompanhamento da execução desse contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

10.2 Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

- I. Fiscalizar e atestar a execução dos serviços, com a emissão de relatórios de aprovação e declaração de compatibilidade com as condições estabelecidas no Edital;
- II. Comunicar eventuais falhas na prestação/execução dos serviços, cabendo à CONTRATADA adotar as providências necessárias;
- III. Garantir à CONTRATADA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com a prestação/execução dos serviços;
- IV. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

10.3 A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

10.1 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93 e demais legislação vigente aplicável à espécie.





CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2 Para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, é lavrado o presente termo em 03 (três) cópias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes Contratantes que a tudo assistiram.

Navegantes, XX de XXXX de 2022.

EM BRANCO

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA

Prefeito Municipal de Navegantes

EM BRANCO

DITMAR ALFONSO ZIMATH

Secretário Municipal de Administração

EM BRANCO

CONTRATADO

CNPJ:XXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

EM BRANCO

XXXXXXXXXX
CPF

EM BRANCO

XXXXXXXXXX
CPF





ANEXO VI TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE QUALQUER NATUREZA, INSERVÍVEIS E SUCATAS INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÃO.

2. ESPECIFICAÇÕES / QUANTIDADES / VALOR

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO, ALIENAÇÃO, MEDIAÇÃO LEILÃO DE BENS MÓVEIS E INSERVÍVEIS, PARA O SERVIÇO A QUE SE DESTINAM	SERV	1,00	5 %	5%
TOTAL					5%

2.1 O Leiloeiro, credenciado que prestará o serviço, receberá o percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da venda de cada bem ou lote arrematado, a ser pago pelo arrematante, conforme o § 2º do art. 42 do Decreto nº 21.981/32, combinado com o parágrafo único do art. 24º do mesmo decreto, não cabendo a Administração Municipal a responsabilidade pela cobrança da mesma, nem pelos gastos despendidos pelo credenciado para recebe – lá.

3. DA JUSTIFICATIVA

Patrimônio Público é considerado o conjunto de bens, valores, créditos e obrigações de conteúdo econômico com a finalidade de servir de meios ao atendimento imediato ou mediato do interesse público. Quando estes não são mais utilizados e/ou não atendem aos objetivos da Administração Pública são considerados inservíveis.

Além de não serem mais utilizados pelo Município, os bens ocupam espaços desnecessários, exigindo muitas vezes, a locação de galpões e depósitos para armazenagem. Ou seja, para mantê-los torna – se inviável, principalmente se considerarmos a relação custo-benefício e danos ao meio ambiente.

Considerando a proposta de evitar o sucateamento desses bens, causando prejuízo operacional, limitando as atividades dos servidores, o alto custo com manutenção, vigilância e armazenagem;

Considerando a crescente necessidade de atualizar e modernizar equipamentos, veículos e outros bens pertencentes ao Município de Navegantes;

Considerando a ociosidade do capital parado, danos ao meio ambiente e a desvalorização dos bens;

Considerando que a alienação de bens públicos, como ocorre em qualquer ato da administração pública, necessita seguir as orientações da Lei de Licitação, sendo





o Leilão a modalidade de licitação utilizada para este fim, pois permite a venda de bens móveis, inservíveis e sucatas a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor avaliado.

Pelos motivos acima elencados justificam o presente que tem por objetivo contratar um Leiloeiro oficial e através de Leilão, transformar todos os bens móveis, inservíveis e sucatas em receita financeira, possibilitando investimentos com a aquisição de novos bens que venham atender os interesses da Administração Pública e as necessidades da população.

Desta forma, solicitamos os procedimentos necessários para realizar um chamamento público para credenciar e contratação de Leiloeiro oficial, regularmente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, na qual será estabelecido um rol de credenciados, onde cada credenciado prestará e executará um serviço, ou seja, um leilão.

4. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O Credenciamento terá validade de 05 (cinco) anos, conforme a Lei 8.666/93, a contar da publicação do seu aviso de credenciamento no DOM, podendo o Município, dentro desse prazo, realizar o número de leilões que julgar necessários para atender suas necessidades através de alienação de bens móveis, inservíveis e sucatas.

4.2 O contrato, originado do credenciamento, terá vigência a partir da assinatura e publicação no Diário Oficial do Município, até que seu objeto seja executado, em conformidade com o planejamento do leilão que será realizado em conjunto entre o Município e o Leiloeiro contratado, ressaltando que cada leiloeiro credenciado será responsável por um leilão, tendo como prazo pré estabelecido de 180 (cento e oitenta dias) dias, podendo ser aditado e prorrogado, exclusivamente para o leilão estabelecido, mediante livre negociação entre as partes e Legislação Vigente.

4.3 Os serviços que não forem executados deverão ser desconsiderados caso não haja termo aditivo ao contrato. Neste caso não há obrigatoriedade da execução dos serviços pelo Município de Navegantes/SC, não podendo se falar em perdas e danos.

5. DA PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O Leiloeiro contratado obriga-se a executar os serviços ao CONTRATANTE, objeto do Contrato, **inteiramente concluídas em condições de aceitação (planejamento e cronograma) em até 30 (trinta) dias**, após a assinatura do contrato.

5.2 A data do Leilão será definida pela Administração Municipal em comum acordo com o Leiloeiro contratado, no momento da assinatura do contrato, ou quando solicitado pela Secretaria de Administração;

5.3 A execução dos serviços será de forma única e a forma de execução será indireta, de acordo com as necessidades do município de Navegantes/SC.

5.4. O Processo de Leilão deverá seguir rigorosamente os critérios definidos pela Lei 8.666/93 e alterações e Legislações Vigentes.

5.5 Os honorários do Leiloeiro serão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e o seu pagamento se dará única e exclusivamente pelo próprio arrematante, logo após a confirmação do vencedor do lote, sem qualquer interferência ou ônus para o Município de Navegantes/SC (Prejulgado nº 614, item 2.1 do TCE/SC).





5.6 Do valor recebido pelo Leiloeiro ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

5.7 Caso a CONTRATADA não cumprir com o prazo de entrega caberá a mesma Instauração de Processo Administrativo com a devida aplicação de multa pela Contratante.

5.8 Após a prestação dos serviços, a proponente deverá apresentar os documentos acompanhados por relatório dos serviços executados, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital.

5.9 Todos os serviços executados deverão atender a todas as características estabelecidas no Termo de Referência e Edital.

5.10 Os serviços executados serão constantemente acompanhados, para verificação de sua conformidade com as especificações do Município de Navegantes/SC e da Secretaria Municipal solicitante.

5.12 O leilão será executado obrigatoriamente em meio eletrônico, devendo o contratado disponibilizar de meios necessários para a realização do mesmo, como sitio eletrônico, funcionários, recursos tecnológicos, plataformas de transação via web.

5.13 A cada leilão realizado, ocorrerá um rodízio dos leiloeiros e será atualizado a sequência de Leiloeiros credenciados que será publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo que o leiloeiro que acabou de prestar o serviço será recolocado ao final da lista, ou o que receber a solicitação efetuando ou rejeitando a sua realização.

6. DOS PROCEDIMENTOS PARA O LEILÃO

6.1 Os bens móveis, inservíveis ou sucatas que serão vendidos através de leilão, serão no estado de conservação que se encontram, não sendo de responsabilidade do município, nem do Leiloeiro, quaisquer reparos, consertos, ou procedimentos para a retirada ou transporte do lote arrematado.

6.2 As condições de vendas dos bens serão definidas no edital do leilão, onde estarão as informações referentes as condições de pagamentos, garantias, transporte para retirada, poderão ser bens individuais ou em lotes, entre outras.

6.3 O contratado/Leiloeiro poderá solicitar a sua dispensa de participação, desde que comprove caso fortuito ou de força maior que o impeça da realização do Leilão designado, hipótese em que será convocado o seguinte do rol dos credenciados, e o mesmo será designado ao final da lista.

6.4 A convocação do Leiloeiro oficial para a realização do Leilão será feita por endereço eletrônico ou por contato telefônico, o qual deverá comparecer a Secretaria de Administração, no Departamento de Gestão de Bens Patrimoniais, no prazo de 03 (três) dias, após a confirmação do mesmo.

6.5 O Leiloeiro manterá a igualdade de tratamento a todos os lotes que foram disponibilizados para a venda, independentemente do valor e da liquidez dos mesmos.

6.6 O leilão terá o acompanhamento da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Patrimoniais e Semoventes instituída para este fim, através da portaria 3758 de 17 de setembro de 2021. Se houver o descumprimento de qualquer cláusula deste edital, termo de referência e contrato de prestação de serviços, a comissão registrará em relatório as irregularidades encontradas, e entregará o mesmo ao





Contratado/Leiloeiro para que as correções das falhas detectadas aconteçam imediatamente, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital e no próprio contrato.

7. DO VALOR

7.1 O município não terá nenhuma despesa com pagamento do contratado, o qual terá seus serviços pagos, a título de comissão de 5% (cinco por cento), sobre os valores arrematados, pelos arrematantes dos lotes, sendo a remuneração do Leiloeiro única e exclusivamente por parte do arrematante dos bens leiloados, pago diretamente do arrematante ao leiloeiro.

7.2 Do valor recebido pelo Leiloeiro ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

7.3 O valor dos bens que foram arrematados e o valor da comissão do leiloeiro oficial serão pagos separadamente. A comissão do leiloeiro deverá ser paga pelo arrematante em conta indicada pelo mesmo no edital do leilão, assim como o valor dos bens/lotes leiloados deverão ser pagos através de depósito ou pix na conta da Prefeitura Municipal de Navegantes exclusiva para este fim.

8. DA OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade dos serviços executados;
- b) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados/executados que o Leiloeiro/contratado apresentar fora das especificações contidas no Edital.
- c) a fiscalização dos serviços executados ocorrerá por intermédio do Município de Navegantes/SC, de forma a fazer cumprir, rigorosamente as condições do objeto do Edital;
- d) Aplicar à (s) licitante (s) vencedora (s) as sanções administrativas previstas na legislação vigente.
- e) Organizar os bens a serem leiloados de modo que fique fácil a visitação.
- f) Fornecer todos os dados necessários ao devido pagamento dos bens, no dia do leilão;
- g) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada de acordo com as Cláusulas e os termos do contrato;
- i) Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições falhas ou irregularidades constantes na Prestação de Serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- j) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- k) notificar a Contratada/Leiloeiro por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por elas propostas e as mais adequadas.





9. DA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

9.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- b) Manter, durante o contrato, todas as exigências contidas no contrato assim como no Edital;
- c) Manter, durante todo o prazo do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
- d) Corrigir, reparar, remover e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/93;
- e) Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, Previdenciárias, Trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho;
- f) Responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou a terceiros, em razão de execução dos serviços;
- g) Disponibilizar número de telefones, fax, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Navegantes/SC e Secretaria Solicitante, para efetivação dos serviços durante o período contratual;
- h) Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto do Termo de Referência;
- i) Executar diretamente a prestação dos serviços, inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;
- j) Cumprir rigorosamente o prazo de execução dos serviços previsto no contrato;
- k) Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à entrega dos serviços em questão;
- l) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta prestação;
- m) O Leiloeiro não pode contratar nem transferir a sua função, porém conforme o Art 55º da IN 72/2019 *“As atividades-meio e/ou acessórias do leiloeiro, tais como apoio, guarda, logística, divulgação e organização da leiloeira poderão ser exercidas por empresas organizadoras de leilão, inclusive por meio de plataforma digital ou eletrônica, o que não afasta a responsabilidade pessoal e direta do leiloeiro no exercício de suas funções em pregões e hastas públicas”*.
- n) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunistica do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução deste contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- o) Os serviços executados pela CONTRATADA deverão obedecer aos pedidos da Secretaria Municipal de Administração e Logística conforme a necessidade do Município de Navegantes;





- p) Prestar serviços com a máxima eficiência e qualidade, ficando responsável, também, pela divulgação do leilão (fotos na Internet; fax, e-mail e outros, para os compradores e panfletagem nas cidades de sua escolha).
- q) Elaborar a documentação referente à arrematação a ser fornecida aos arrematantes e ao Município;
- r) Organizar e realizar o leilão dos bens móveis, inservíveis e sucatas na data e horário previamente definidos;
- s) O leiloeiro deverá vistoriar, identificar, marcar, fotografar, organizar os bens em lotes caso necessários.
- t) O Leiloeiro deverá ratificar a vistoria dos lotes;
- u) Presidir os atos dos leilões e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até os respectivos encerramentos, com a devida prestação de contas;
- v) Conduzir o leilão obedecendo os princípios básicos da impessoalidade, moralidade, legalidade e da publicidade;
- x) Montagem e elaboração do 'Relatório Geral do Leilão', no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após encerramento do leilão, contendo os seguintes documentos:
- Ata do Leilão;
 - Edital do Leilão (jornal);
 - Mapa Geral do Leilão;
 - Quadro de Percentual Comparativo;
 - Notas de Leilão;
 - Divulgação do Leilão;
- y) Encaminhar ao Município, mídia(s) digital(is) (pen drive, cartão SSD ou DVD) do dia do leilão com todos os lances e arremates, até o encerramento dos trabalhos, com qualidade de gravação que permita a perfeita visualização/audição de todo o processo, até 15 (quinze) dias úteis após a realização do evento.
- 9.2 O Contratado/Leiloeiro deverá dispor de plataforma virtual, devidamente comprovada através de endereço eletrônico, permitindo realizar concomitantemente leilão eletrônico de veículos e demais bens móveis (materiais, equipamentos, etc.) e sucatas, utilizando-se de sistema informatizado, com recepção de lances em tempo real efetuados eletronicamente, devendo ainda apresentar certificação eletrônica de segurança (SSL) que proporcione a segurança dos dados transmitidos pela internet em ambiente Web.
- 9.3 O Leiloeiro exercerá pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, nem subcontratar e tampouco ceder a contratação com o Município de Navegantes para terceiros (artigo 11º do Decreto nº 21.981/1932).
- 9.4 O Leiloeiro se compromete a promover ampla divulgação do Leilão do Município de Navegantes em endereço eletrônico e demais ferramentas disponíveis de divulgação, fazendo constar a descrição dos bens ofertados e respectiva condição de venda (valor, existência de débitos, taxas, Impostos, ônus, multas e gravames, dentre outras), informações sobre o Leilão e sobre a visita dos bens, telefones para contato e demais esclarecimentos que se fizerem necessários.
- 9.5 O Leilão deverá ser realizado na modalidade online, com projeção de fotografias dos bens, contendo informações e imagens dos bens, permitindo o recebimento de lances por meio eletrônico.



9.6 O Leiloeiro poderá disponibilizar o Leilão online para lances prévios com antecedência mínima de 15 dias úteis da realização do Leilão;

9.7 O Leiloeiro deverá vistoriar, identificar, marcar e fotografar os lotes e demais bens inservíveis que serão leiloados. A vistoria deverá ser previamente agendada com a Diretoria de Bens Patrimonial do Município de Navegantes, na Rua João Emílio, nº 100, Bairro Centro – Centro/SC, CEP 88370-446, telefone (47) 3342-9590 (atendimento de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h).

9.8 O Leiloeiro isenta expressamente o Município de Navegantes do pagamento da comissão prevista no artigo 24º do Decreto Federal nº 21.981/1932, bem como todas as despesas com anúncios, mala direta, entre outras despesas similares decorrentes de suas atribuições. A remuneração do Leiloeiro pelos serviços prestados se dará única e exclusivamente por parte do arrematante dos bens leiloados, não dependendo o Município de Navegantes seus recursos próprios.

9.9 O pagamento resultante da contratação estabelecida no presente edital será realizado diretamente pelos adquirentes dos bens arrematados e corresponderá ao valor de 5% (cinco por cento) sobre a arrematação de cada lote leilado, não sendo esta remuneração dedutível do lance vencedor do Leilão.

9.10 Não cabe ao Município de Navegantes qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro para recebê-la.

9.11 Recairão sob o Leiloeiro/contratado nos certames de hasta pública os ônus e as responsabilidades decorrentes dos atos necessários para que a alienação dos bens seja cumprida, inclusive de divulgação do Leilão. O Leiloeiro será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados.

9.12 Não será admitida a dedução de quaisquer despesas ocorridas, exceto àquelas expressamente autorizadas pelo Município de Navegantes, ou qualquer outro tributo que incida sobre movimentação financeira, do valor apurado e a ser depositado na conta indicada pelo Município de Navegantes.

9.13 Entregar orientação por escrito ao arrematante, quando se tratar de venda de veículo automotor informando que ele deverá efetuar o comunicado de venda no ato da assinatura de transferência no cartório, e transferir a titularidade da documentação para o seu nome no prazo de até 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência, cumprindo, se necessária, as exigências legais do DETRAN.

9.14 Providenciar junto aos arrematantes todos os trâmites necessários para finalização do processo de venda do Leilão tais como: transferência, baixa, comunicado de venda e outros.

9.15 O Leiloeiro deverá fornecer ao Município de Navegantes relatório circunstanciado sobre o Leilão e resultado deste, acompanhados da ata do Leilão comprovantes de depósito, publicidade realizada e demais documentações pertinentes. A prestação final de contas, que deverá ser efetuada pelo Leiloeiro, em até 05 (cinco) dias úteis, conforme prevê o artigo 27 do Decreto Federal nº 21.981/1932, após a realização do Leilão, consiste na entrega dos seguintes documentos: mapa geral do Leilão, com todas as informações sobre os arrematantes (nome, endereço, telefone etc.), lotes arrematados, preço de venda e o valor total arrecadado; cópia das notas de venda.

9.16 Os bens leiloados somente serão entregues aos arrematantes após a identificação do pagamento, liberado pelo Leiloeiro e pelo município, acompanhado por membros da Comissão, Permanente de Avaliação de Bens Patrimoniais e Semoventes de Município de Navegantes. O pagamento do bem arrematado será realizado pelo arrematante, definido no edital do leilão, em conta específica do município de Navegantes (Banco do Brasil, Agência 4229-3 conta corrente 40.494-2), exclusivamente para este fim, também será de responsabilidade do arrematante o transporte e pesagem dos bens adquiridos para retirada.

9.17 Em hipótese alguma o Leiloeiro poderá realizar retenção parcial ou total do valor de venda dos bens, que será repassado integralmente ao Município.

9.18 O Leiloeiro oficial se compromete adotar todas as providências necessárias para a inutilização do chassi e recolhimento e entrega à Diretoria de Bens Patrimonial das placas dos veículos a serem leiloados como sucata, até a data estabelecida pela Diretoria de Bens Patrimonial, sendo de inteira responsabilidade do Leiloeiro os serviços realizados.

9.19 Havendo desistência do Leiloeiro em realizar o Leilão, posteriormente à aceitação inicial, deverá o mesmo indenizar o Município de Navegantes, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a desistência de efetuar o leilão, pelas despesas e prejuízos ocasionados devidamente comprovados.

9.20 O Leiloeiro deverá disponibilizar na data definida pelo Município de Navegantes, todas as condições e infraestrutura logística (sitio eletrônico, funcionários, recursos tecnológicos, plataformas de transação via web) para a realização do leilão e para a prestação de seus serviços, conforme objeto do edital.

9.21 O Leiloeiro será responsabilizado por eventuais prejuízos ou danos causados diretamente a terceiros ou ao Município de Navegantes decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas atribuições.

9.22 Ao Leiloeiro é facultada a contratação de seguro de roubo/furto, do valor arrecadado, durante o período em que estiver em seu poder.

9.23 O Leiloeiro deverá manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos bens sob sua responsabilidade, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste edital e termo de compromisso, conforme estabelece a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

9.24 O Leiloeiro deverá dar ciência ao Município, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade, bem como de condições inadequadas ou de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.

9.25 Do presente termo não decorre vínculo empregatício de qualquer natureza entre o município e o Leiloeiro ou os empregados, prepostos e terceirizados, pertencentes aos quadros do Leiloeiro;

9.26 O Leiloeiro deverá executar os serviços por meio de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas, indenizando o Município de Navegantes mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados aos seus bens e de terceiros, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos terceirizados ou mandatários;



9.27 Presidir os ritos dos leilões e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até os respectivos encerramentos com a devida prestação de contas;

9.28 Efetuar a venda dos bens disponibilizados para leilão por preços iguais ou superiores aos da avaliação e à vista, mediante emissão de notas de venda em leilão, responsabilizando-se pelo recebimento dos valores arrematados;

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

10.1 Poderão participar deste Credenciamento, os interessados que cumprirem todas as exigências contidas neste termo de referência.

10.2. Pessoas físicas ou empresário individual com capacidade técnica comprovada, idoneidade econômico-financeira e regularidade jurídico-fiscal que atendam as condições específicas de habilitação constantes deste edital e se submetam aos parâmetros nele estabelecidos.

10.3 Que estejam devidamente matriculados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, no pleno gozo de suas funções, e que preencham as condições previstas neste termo de referência;

10.4 Possuam sítio eletrônico para inserção da relação dos lotes e das fotos dos bens a serem leiloados, e disponham de recursos tecnológicos necessários para realização do leilão eletrônico, por meio de plataforma de transação, via WEB.

10.5 Não poderão participar empresário individual ou pessoa física que porventura estejam enquadrados nos seguintes casos:

- a) Leiloeiros em sociedade, considerando o Decreto nº 21.981/32 e a Instrução Normativa nº 17/2013;
- b) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos Administrativos, na forma da legislação vigente;
- c) Declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- d) Que se encontrem sob falência decretada, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) Empregado da administração pública municipal, estadual ou federal;
- f) O leiloeiro que estiver com sua inscrição suspensa ou esteja destituído junto à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;

11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 O credenciamento visa a contratação de Leiloeiro oficial.

11.2 Os documentos de habilitação deverão ser entregues até às 13:50 horas do dia 13/04/2022.

11.3 O envelope com a documentação deverá ser protocolado no balcão do Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente.

11.4 Após a análise da documentação de habilitação, abrirá o período de recurso ou renúncia expressa de todos. Somente após a renúncia ou o encerramento do prazo, procederá o sorteio para a escolha do Leiloeiro oficial e será divulgada a lista dos



credenciados no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial da Prefeitura Municipal de Navegantes.

11.5 Neste sorteio será divulgada a ordem dos Leiloeiros a serem chamados para a organização, preparação e realização do leilão, conforme a necessidade do município de Navegantes, ou seja, quantas vezes forem necessários para atingir os objetivos traçados.

11.6 O rol dos Leiloeiros oficiais servirá para estabelecer a ordem de designação e o rodízio dos Leiloeiros durante o prazo da vigência do credenciamento, podendo realizar futuros leilões conforme a demanda do Município.

11.7 Durante a vigência do credenciamento, os Leiloeiros serão designados para a realização de leilão em estrita observância à ordem de classificação estabelecida no sorteio, mantendo-se a sequência, a começar pelo primeiro, até o final da lista dos credenciados, quando, então, será retomada a ordem inicial.

11.8 A cada leilão realizado, será atualizada a sequência de Leiloeiros credenciados que será publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo que o leiloeiro que acabou de prestar o serviço será recolocado ao final da lista, ou o que receber a solicitação efetuando ou rejeitando a sua realização.

11.9 os leiloeiros credenciados serão convocados para realizar um leilão, ou seja, num sistema de rodízio, assim sendo fica os interessados desde já cientes que não há garantia quanto ao volume de trabalho que será solicitado, tendo em vista a demanda do município, não seguindo um padrão fixo, não podendo esse fato ser feita motivação para posteriores reclamações.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 O chamamento público para o credenciamento terá um prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios para o recebimento dos envelopes.

12.2 O leiloeiro contratado deverá manter as mesmas condições de habilitação para a contratação, bem como o prazo para assinatura do contrato e as penalidades caso não compareça.

12.3 A sessão para habilitação será pública, assim como o sorteio dos habilitados, e a lista final será publicada no Diário Oficial dos municípios e no site do Município de Navegantes (www.navegantes.sc.gov.br). Após esta publicação abre – se o prazo para interpor recurso de 05 (cinco) dias úteis.

12.2 Após o prazo estipulado neste termo de referência, conforme item 12.1, poderá ocorrer o credenciamento de mais leiloeiros. Os interessados poderão entregar a documentação em qualquer momento, porém será estabelecido apenas uma data por período para verificação da documentação, sendo que a data para conferir documentos de responsabilidade social será a do protocolo. Assim que o interessado estiver habilitado entrará como último na “fila” atualizada, sendo publicada uma nova lista.

12.3 Os futuros leilões do município serão exclusivamente eletrônicos e funcionará na espécie de rodízio, onde cada Leiloeiro credenciado será responsável por apenas um leilão, e após o termino no mesmo, retornará ao final da fila.

12.4 No caso de desistência por força maior ou impossibilidade, o Leiloeiro deverá formalizar a justificativa por escrito e encaminha – lá ao Departamento de gestão de



Bens Patrimonial. Sendo aceita, retornará ao final da lista dos credenciados e será chamado o Leiloeiro seguinte da lista. A recusa da justificativa poderá implicar sanções administrativas e/ou descredenciamento do leiloeiro.

12.5 O Município não será responsável por qualquer erro na publicação, falha nas informações ou suspensão por decisão judicial do leilão;

12.6 A desistência do negócio pelo arrematante não acarretará quaisquer responsabilidades ao município;

12.7 A comissão do leiloeiro somente será reembolsada pelo município, em caso de eventual culpa exclusiva comprovada do município.

À vista das informações contidas neste Termo de Referência e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente e **AUTORIZO** a realização do procedimento licitatório.

Navegantes, 23 de março de 2022.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

